



Escola de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Economia Política

Orçamento Participativo: Perceção da População e as
Prioridades Locais
Concelho de Torres Vedras

Daniela Sofia Marta Santos

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em
Economia e Políticas Públicas

Orientador:

Doutor Ricardo Nuno Ferreira Paes Mamede, professor auxiliar
ISCTE-IUL

Outubro 2018

Resumo

O desinteresse pela vida política por parte da população é cada vez mais crescente, em que muitos cidadãos afirmam que o seu voto não tem qualquer tipo de impacto na política. Assim, em Portugal existe a necessidade cativar a população para participar mais ativamente na vida política. Assim, é indispensável tornar a democracia mais participativa e aumentar a proximidade entre o cidadão e a política.

A implementação do Orçamento Participativo é um dos meios para os cidadãos serem mais ativos na política, onde podem apresentar as suas propostas quanto às prioridades locais que, melhor que a administração local, tem um conhecimento mais aprofundado das necessidades de onde residem.

Assim, com este estudo pretendo foca-me na forma de funcionamento do Orçamento Participativo de Torres Vedras e, ainda na realização de um questionário no Terminal dos Autocarros de Torres Vedras sobre o conhecimento e participação Orçamento Participativo.

Palavras chave:

Orçamento Participativo

Participação Política

Democracia

Cidadania

Abstract

The political disaffection on the part of the population is increasingly growing, in which many citizens claim that your vote doesn't have any kind of impact on policy. In Portugal there is a need to capture the population to participate more actively in the political life. So, it is essential to make democracy more participatory and to increase the proximity between the citizen and the politics.

The implementation of participatory budgeting is one of the means for citizens to be more active in politics, where they can submit their proposals with regard to local priorities, rather than the local administration have a better understanding of the needs of where they reside.

So with this I intend to study focuses on me in the form of functioning of participatory budget of Torres Vedras and in carrying out a questionnaire at the Bus Terminal of Torres Vedras on the awareness and participation participatory budgeting.

Keywords

Participatory Budgeting

Political Participation

Democracy

Citizenship

Agradecimentos

Após a conclusão de mais uma fase no ISCTE-IUL, quero agradecer primeiramente ao ISCTE-IUL por me ter aberto os horizontes e formado como pessoa.

Ao prof. Doutor Ricardo Paes Mamede pela sua oportuna orientação ao longo destes meses, pelo seu ensinamento, pela sua dedicação e atenção para a realização deste trabalho.

Quero agradecer também ao Bruno, que teve um papel bastante importante para conseguir concluir este trabalho. Antes de realizar o questionário tive um pequeno acidente de viação em que fiquei com a perna partida, e o Bruno ajudou-me a ir a Torres Vedras e a realizar os questionários no Terminal de Torres Vedras. Sem a sua ajuda e apoio não teria conseguido concluir este trabalho.

Por fim, quero agradecer aos meus pais e irmã pois sem o seu apoio, paciência e força este trabalho não teria sido possível. Aos meus pais dedico este trabalho, por todos os esforços que fizeram para ser possível eu concluir este caminho.

Índice

Introdução	1
Capítulo I: Participação na política da população portuguesa	3
Capítulo II: Orçamento Participativo	7
Virtudes e defeitos do Orçamento Participativo	8
O que se espera do Orçamento Participativo	9
Orçamento Participativo em Portugal	11
Capítulo III: Orçamento Participativo em Torres Vedras	12
Como funciona	13
Capítulo IV: Inquérito por questionário sobre o Orçamento Participativo em Torres Vedras.....	17
Conclusões finais.....	22
Bibliografia	24
Anexos	26
Gráfico A: Taxa de abstenção nas eleições para a Assembleia da República	26
Gráfico B: Taxa de abstenção nas eleições para o Presidente da República	26
Gráfico C: Taxa de abstenção nas eleições para a Câmara Municipal e Junta de Freguesia	27
Tabela A: Faixa etária dos inquiridos	27
Tabela B: Relação dos inquiridos com o concelho de Torres Vedras segundo o género	28
Tabela C: Habilitações literárias dos inquiridos segundo a situação financeira.....	28
Tabela D: Saber em que consiste o Orçamento Participativo segundo as habilitações literárias	29
Tabela E: Participação no Orçamento Participativo de Torres Vedras segundo o género	29
Gráfico D: Participação no Orçamento Participativo de Torres Vedras segundo a faixa etária	30
Tabela F: Participação no Orçamento Participativo segundo a situação financeira ...	30
Tabela G: Forma como souberam do Orçamento Participativo de Torres Vedras	31
Tabela H: Forma como participou no Orçamento Participativo de Torres Vedras	31
Tabela I: Forma como participou no Orçamento Participativo segundo o género	31

Orçamento Participativo: Percepção da População e as Prioridades Locais

Tabela J: Relação com a vida política antes da implementação do Orçamento Participativo no concelho	32
Tabela K: Relação com a vida política antes da implementação do Orçamento Participativo no concelho segundo as habilitações literárias	32
Tabela L: Grau de concordância das afirmações	33
Tabela M: Grau de concordância das afirmações segundo o género	33
Tabela N: Grau de concordância com as afirmações segundo a situação financeira ..	34
Tabela O: Confia nas instituições de política local do Concelho	34
Tabela P: Confia nas instituições de política local do Concelho segundo as habilitações literárias	35
Tabela Q: Confiança nas instituições políticas locais segundo o género	35
Tabela R: Sente-se mais envolvido com a política	36
Tabela S: Sente-se mais envolvido com a política segundo o género	36
Tabela T: Sente-se mais envolvido com a política segundo as habilitações literárias..	37
Tabela U: Sente-se mais envolvido com a política segundo a relação com a política antes do Orçamento Participativo	38
Questionário	39

Introdução

Em Portugal, são cada vez mais visíveis os sinais de enfraquecimento do nosso sistema democrático representativo. Braga da Cruz afirma que, os crescentes níveis de abstenção eleitoral e os défices de participação da população são causados pela perda de confiança nas instituições e a um crescente afastamento dos cidadãos da vida política (Braga da Cruz, 2017). Assim, a crise que a sociedade democrática atual atravessa é uma crise da própria democracia representativa, presente na crescente desconfiança nas instituições e na classe política e no défice do exercício efetivo da cidadania como o desinvestimento nos partidos e na crescente abstenção eleitoral. Segundo Gibbens, é necessário que os países democráticos realizem um aprofundamento da sua própria democracia (Giddens, 1997 apud Granada, 2004:8).

Assim, com a crise da democracia torna-se necessário voltar a por a população ativa na vida política de uma forma direta, surgindo em algumas freguesias e municípios o Orçamento Participativo com o principal objetivo de promover uma democracia representativa aberta a uma participação mais ativa da população local, sendo considerado como uma política de participação de iniciativa, normalmente, a nível local.

Com este estudo, primeiramente, será analisado o funcionamento e as edições anteriores do Orçamento Participativo de Torres Vedras. Seguidamente, pretende-se analisar se um pequeno grupo alvo de cidadãos do concelho de Torres Vedras tem conhecimento do Orçamento Participativo, se participaram e de que modo e, se se sentem mais próximos e envolvidos com a política local. O Orçamento Participativo surge como uma ferramenta de envolvimento dos cidadãos locais na melhoria da sua qualidade de vida, reforçando a participação dos cidadãos, bem como, uma sociedade civil forte e ativa

Assim, no primeiro capítulo, será feita uma pequena descrição de como se encontra a participação na vida política por parte da população portuguesa, recorrendo a algumas definições base.

No segundo capítulo, será analisado o Orçamento Participativo com recurso a algumas definições, de modo a entender-se melhor em que consiste, e analisado os pontos positivos e pontos negativos. Ainda será analisado o que será exetável ao implementar-se o Orçamento Participativo e, um pouco sobre como se tem desenvolvido em Portugal.

Orçamento Participativo: Perceção da População e as Prioridades Locais

No terceiro capítulo, será observado o funcionamento do Orçamento Participativo de Torres Vedras, descrevendo o funcionamento das três edições e a forma como se encontra regulado. O quarto capítulo, serão analisados os dados recolhidos da realização de um pequeno questionário na instalação do Terminal Rodoviário de Torres Vedras no dia 11 de outubro de 2018, sobre o conhecimento sobre o Orçamento Participativo, o meio de participação e o grau de satisfação e confiança, quer do Orçamento Participativo quer da política local. Por último, apresentam-se as conclusões finais.

Capítulo I: Participação na política da população portuguesa

Primeiramente, antes de fazer uma breve análise sobre a participação na vida política por parte da população portuguesa, torna-se importante rever alguns conceitos base. Segundo Aristóteles (Aristóteles, sine anno apud Madeira, 2009:3), a cidadania caracteriza-se nas cidades-estados gregas como o status privilegiado do seu grupo dirigente, ou seja, o status de cidadania era apenas atribuído aos participantes que exerciam o poder. Atualmente a cidadania é caracterizada, segundo Madeira (Madeira, 2009:3), como a ideia de que os cidadãos são membros da comunidade, participando no exercício do poder através dos processos eleitorais. Segundo Bobbio (Bobbio, 1991 apud Della Porta, 2002:17), a política é *“entendida como forma de atividade ou de praxe, que está ligado estritamente ao poder”*.

A nossa política encontra-se composta por inúmeras instituições que, segundo Belchior (Belchior, 2015) são *“estruturas matérias e humanas que servem à realização de ações de interesse social ou coletivo”*, como o parlamento, os partidos políticos, o Estado, o sistema judicial, entre outras diversas instituições. A confiança popular nestas instituições pode ser entendida como uma forma de avaliação indireta do desempenho institucional.

Relativamente à democracia, Della Porta (Della Porta, 2002:50) caracteriza a democracia como sendo *“o poder pelo povo, do povo e para o povo: deriva do povo, pertence ao povo e deve ser usado pelo povo”*. Por outro lado, Schumpeter (Schumpeter, 1947 apud Pasquino, 2002:317) afirma que a democracia consiste no arranjo institucional necessário para chegar a decisões políticas no qual algumas pessoas alcançam o poder de decidir através de uma competição destinada a obter o voto popular.

Quanto à participação política, Rush (Rush, 1992 apud Della Porta, 2002:86) define como *“o envolvimento do indivíduo no sistema político a vários níveis de atividade, do desinteresse total à titularidade de um cargo político”*. Segundo Pasquino (Pasquino, 2002:50) a participação política é composta pelo conjunto de atos e de atitudes que aspiram a influenciar de forma mais direta ou menos direta e, com decisões mais legais ou menos legais dos detentores do poder no sistema político ou em organizações políticas particulares.

Por fim, o conceito de subsidiariedade também se torna importante para este trabalho sendo, segundo Faria (Faria, 2010:111), *“a ideia de que as entidades locais constituem o nível de intervenção mais adequado para a solução dos principais problemas, estimulando o bom governo e a inovação”* afirma ainda que os governos locais e a população *“conhecem*

melhor as necessidades da sua comunidade, favorecendo a participação política, são mais recetivos e responsáveis, além de mais eficientes na distribuição dos serviços”.

Ao longo dos anos, o interesse da população portuguesa pela vida política e na confiança nos partidos tem vindo a cair e, segundo Braga da Cruz (Braga da Cruz, 2017) a *“satisfação com a democracia diminui para metade”*. Este fenómeno pode ser confirmado pelas elevadas taxas de abstenção que se tem registado nos últimos anos nas eleições em Portugal (anexos A, B e C), bem como, pelo decréscimo na presença em associações ou partidos políticos, pela redução do número de assinaturas em petições e, pela diminuição da participação da população nas campanhas eleitorais.

Como afirmar Giddens (Giddens, 1997 apud Granada, 2004:7), a democracia em que vivemos é essencialmente um sistema de representação, uma forma caracterizada por eleições regulares, sufrágio universal, liberdade de consciência e o direito universal de representação ou de criar associações políticas.

A democracia representativa tradicional, começa a entrar em crise parecendo não ser suscetível para fazer face aos novos desafios, como o de voltar a mobilizar as energias da sociedade e de trazer a confiança para a população. Com o aumento da abstenção um pouco por todo o país, principalmente causado pela diminuição da confiança por parte da população nas instituições e na classe política. Segundo Braga da Cruz (2017), o parlamento não é um espelho real do país, uma vez que, são poucos os cidadãos que se sentem representados pelos deputados.

Segundo Habermas (Habermas, 1995 apud Granada, 2004: 8), a democracia deve ser analisada a partir da relação entre a sociedade e o Estado, defendendo que as decisões referentes às políticas públicas devem refletir a vontade da totalidade da população, realizada através da participação política em debates públicos.

Boaventura de Sousa Santos (Sousa Santos, 2008 apud Belchior 2015) caracteriza o desinteresse da população na patologia da representação, ao afirmar que os cidadãos estão cada vez mais distantes da vida política e dos eleitos, e na patologia da representação, ao afirmar que a ideia mais recorrente perante os cidadãos é que *“não vale a pena participar, pois o cidadão sente-se demasiado pequeno para enfrentar os grandes interesses e as dinâmicas políticas e económicas que dominam a sociedade, e não confiam nas promessas dos representantes institucionais”*. Nos dias que correm, a capacidade da população intervir no sistema político tem vindo a diminuir cada vez mais, levando a que o seu desinteresse aumente.

Atualmente, torna-se cada vez mais fundamental uma proximidade das instituições à população, bem como, a implementação de novas formas de participação para o exercício da cidadania. Segundo Guerra (Guerra,2010: 121), a emergência de uma democracia participativa é indispensável para a sociedade atual, por razões técnicas, sociológicas e políticas. Assim, esta necessidade de evoluir a democracia é causada pela necessidade funcional de aumentar a eficácia da democracia, pela complexidade crescente da sociedade que exigem uma maior clareza e informação por quem governa. Na sociologia observa-se que níveis elevados de confiança por parte da população levam a que haja uma maior integração social dos cidadãos e, consecutivamente, a uma diminuição do isolamento dos indivíduos.

Este novo tipo de democracia traz um reforço da eficácia da administração, para além de uma maior proximidade por parte do cidadão, há uma maior capacidade de análise dos problemas e das respetivas soluções, bem como uma maior transparência de contas por parte da administração.

Tal como afirma Corte-Real (Corte-Real, 2003 apud Madeira 2009:1) *“os cidadãos da atual sociedade não pretendem resumir a sua participação ao ato eleitoral, mas desejam contribuir no dia-a-dia para a resolução dos problemas que os afetam, desenvolvendo uma cidadania ativa”*

Mozzicafreddo (Mozzicafreddo, 2001 apud Madeira, 2009:7) defende a reforma da Administração Pública, bem como a modernização dos serviços através da simplificação administrativa, que implica a simplificação das relações entre o cidadão e a administração, da acessibilidade e da linguagem administrativa, bem como, o aumento da qualidade e da motivação dos agentes dos sistemas administrativos. Esta reforma implica ainda uma mudança na estrutura do poder e na estrutura organizativa através da transição para uma estrutura organizativa que fomente a autonomia dos agentes da Administração Pública, através da descentralização e, ainda, a instituição de um mecanismo de participação dos cidadãos na Administração Pública, como o Orçamento Participativo, que proporcione uma maior proximidade entre a Administração Pública e a população local.

A democracia enfrenta, atualmente, desafios que se podem classificar como “desafetação política”, caracterizado pelas altas abstenções eleitorais, por uma considerável percentagem de população que não se sente representado e por uma percentagem de população que não participa minimamente na vida política. O cidadão sente-se desiludido e impotente por pensar que “o seu voto não fará diferença” (Gomes, 2012:10).

Para tentar combater os desafios que a democracia detém atualmente é necessário apontar ferramentas que façam diminuir o afastamento entre a Administração Pública, o poder

Orçamento Participativo: Percepção da População e as Prioridades Locais

político e a população, aumentando o envolvimento da população na administração e no poder político a nível local, como o Orçamento Participativo. Sendo, assim, necessário aprofundar a autonomia local que gerem vantagens na decisão, implementação e controlo das políticas públicas por parte dos cidadãos, um aumento do interesse pelos assuntos da vida política e uma maior possibilidade de envolvimento e participação nas decisões políticas. Assim, a participação ativa da população transforma-se numa nova fronteira para as relações entre a administração e a população.

Capítulo II: Orçamento Participativo

A participação direta na população na gestão pública local é uma condição relevante nas sociedades democráticas atuais, pois para o cidadão é importante participar para além das eleições dos representantes. Assim, o surgimento do Orçamento Participativo caracteriza-se por ser uma nova forma de governação, realizando uma participação direta da população local, através de processos de consulta ou de co-decisão na delimitação de prioridades de investimento público (Gonçalves, 2009:9).

Primeiramente, será importante tentar perceber em que consiste o Orçamento Participativo, não existindo uma única definição, uma vez que variam de acordo com as experiências e os locais onde decorrem.

Assim, Souza (Souza, sine anno apud Gonçalves, 2009:8) define o Orçamento Participativo como *“um processo democrático direto, voluntário e universal que combina a democracia direta com a democracia representativa e onde as pessoas podem discutir e decidir sobre orçamento e políticas públicas”*.

Por outro lado, Cabannes e Balerie (Cabannes e Balerie, 2004 apud Dias, 2009: 9) definem o Orçamento Participativo como sendo *“um modelo de participação que pode ter quatro dimensões específicas”*. A “dimensão financeira”, que consiste nos orçamentos que explicam o valor que será colocado em discussão e nos que não o fazem. A “dimensão participativa”, sendo de sistema de participação individual, de sistema de representação comunitária e de sistema misto. A “dimensão normativa”, caracterizada pela forma de como são regularizados e formalizados os processos, pela definição de um regulamento e, pela forma que é comunicado sendo eficiente e acessível. Por último, a “dimensão territorial”, existindo quatro tipos, o supranacional, o municipal, o infra-municipal e o temático.

Madeira (Madeira, 2009:i) caracteriza o Orçamento Participativo como *“um instrumento relevante de participação direta dos cidadãos na decisão política, podendo promover uma cidadania ativa, com envolvimento dos munícipes no próprio debate político e no diálogo democrático”*.

No documento sobre o Orçamento Participativo de Portugal publicado no Diário de Notícias 26 de janeiro de 2017, Jorge Xavier define o Orçamento Participativo como uma *“forma de participação direta dos cidadãos, consultiva ou deliberativa, na decisão a tomar por entidades públicas no que respeita à alocação de determinadas verbas para fins*

públicos”. Sendo ainda caracterizado por Jorge Xavier como um “*mecanismo relevante para aumentar a participação política dos cidadãos*”.

A definição a ser utilizada ao longo deste trabalho sempre que se referir a Orçamento Participativo será a de Sintomer e Allegretti (Sintomer e Allegretti, 2009 apud Dias e Allegretti, 2009:63) que defende que para se definir um Orçamento Participativo é necessário contemplar cinco critérios. O primeiro critério refere -se à vertente orçamental e/ou financeira, que deve ser discutida explicitamente. O segundo critério refere-se a vertente territorial, onde o envolvimento do processo tem de ser a nível de uma cidade ou de um departamento. O terceiro critério corresponde à repetição do processo, um referendo ou um encontro sobre questões financeiras não corresponde, segundo os autores, num Orçamento Participativo. O quarto critério, diz respeito às diversas formas de deliberação pública que o processo deve desenvolver, sendo salientado pelos autores que a abertura aos cidadãos das reuniões dos corpos administrativos ou políticas não consiste num Orçamento Participativo. Por último, o quinto critério consiste na prestação de contas e na apresentação dos resultados.

Sousa Santos (Sousa Santos, sine anno apud Dias, 2008: 7) define o Orçamento Participativo segundo três princípios, o primeiro consiste na participação aberta aos cidadãos, sem discriminação positiva das organizações comunitárias. O segundo princípio consiste na relação entre a democracia representativa direta, transferindo para os participantes um papel-chave na definição de regras. Por último, o terceiro princípio consiste na definição de prioridades para o investimento público local segundo critérios técnicos, financeiros e relacionados com as prioridades da população.

Virtudes e defeitos do Orçamento Participativo

O Orçamento Participativo é uma ferramenta para fortalecer as instituições democráticas, promovendo a boa governança local. Assim, o Orçamento Participativo estimula os participantes à troca de ideias sobre os problemas individuais e a ver os problemas locais de forma coletiva, deslocando as prioridades para beneficiar a grande maioria da população, uma vez que, a participação da população local permite chegar a um conhecimento mais profundo do território. Segundo afirmam Dias e Allegretti (Dias e Allegretti, 2009:63) o Orçamento Participativo pode ser a via para reinventar a política e redistribuir os recursos em benefício dos mais desfavorecidos. A população passa de simples observadora da política a decisora na Administração Pública.

Segundo Dias (Dias, 2008 apud Guerra 2010: 128), o Orçamento Participativo “*possui um potencial significativo de promoção de uma democracia com maior capacidade distributiva*”, assim, permite ampliar a democracia e afirmar uma maior participação popular na administração pública. Sendo um dos procedimentos do Orçamento Participativo a prestação de contas, bem como a publicação dos resultados por parte dos gestores públicos, leva a que haja ganhos em termos de transparência democrática.

Por outro lado, o Orçamento Participativo apresenta algumas limitações estruturais como as limitações financeiras e de recursos das autarquias locais, uma vez que se limita à distribuição de uma parte do orçamento anual. Quanto à participação da população local, a maioria da população participa apenas com o objetivo de resolver problemas que a afeta diretamente e no imediato, deixando de participar após as suas propostas se encontrarem resolvidas. Nascimento¹ afirma que as propostas “*de cada cidadão assentam num interesse individual e egoísta, esquecendo a coletividade*”.

A Administração Local apresenta algumas dificuldades a implementar o Orçamento Participativo, nomeadamente a adaptar-se às novas exigências que o mesmo implica e o tempo de demora na execução. Ainda se registam falhas nos sistemas de informação por parte da Administração, bem como é registada a falta de qualidade da informação fornecida.

Os projetos aprovados pelo Orçamento Participativo não apresentam um verdadeiro impacto na redistribuição social, uma vez que, a população de mais baixa renda e com pouca escolaridade não se encontra suficientemente representada.

Assim, segundo o relatório da UN-Habitat (2009) o Orçamento Participativo apresenta alguns pontos fracos como a falta de recursos para atender a todas as reivindicações, como o défice orçamental do município e a falta de participação por parte da população, como o acumular de projetos aprovados mas ainda não executados e, ainda como o conflito e a tensão entre os partidos.

O que se espera do Orçamento Participativo

Com a implementação do Orçamento Participativo, as autarquias locais têm como objetivo fortalecer a democracia local, onde haja um aumento de participação por parte da população na decisão sobre a distribuição dos recursos orçamentais.

¹ Artigo do Jornal Negócios publicado a 10 de outubro de 2016

Segundo o documento oficial da UN-Habitat (2009), o Orçamento Participativo é composto por oito princípios básicos, sendo compostos pela participação, transparência, igualdade, tolerância, eficiência e eficácia, imparcialidade, competitividade e respeito pelo que for acordado. Assim, com o Orçamento Participativo pretende-se promover a participação universal e igualitária, a transparência a nível das receitas e das despesas locais e, ainda, a discriminação positiva que assegure a participação dos grupos populacionais mais excluídos.

O Orçamento Participativo conduz para uma mudança social importante, relacionado com as relações sociais que poderiam ser consolidadas. Permite assim, segundo Silva e Carvalho (2006), ampliar a democracia e afirmar um maior controlo popular na Administração Pública. Assim, com o Orçamento Participativo, consegue-se um fortalecimento da sociedade civil local, uma maior transparência na Administração Local, reduzindo a corrupção e, uma maior eficiência dos gastos públicos.

Segundo Dias e Allegretti (2009), o Orçamento Participativo evidencia parcialmente o retorno do ator individual na política, desvalorizando a lógica dos sistemas democráticos representativos. Assim, segundo Gonçalves (2009), com o Orçamento Participativo surge uma nova forma de governação onde a participação direta da população é imprescindível, quer em processos de consulta, de co-decisão ou de definição de prioridades face aos investimentos do orçamento público local.

Assim, é expectável que o Orçamento Participativo traga melhorias na área administrativa, por ser concebido como uma forma de melhorar a eficácia da administração pública, na área social, ajudando a reordenar prioridades e a gerar novos elos sociais, e na área política, uma vez que, democratiza a democracia. Ainda é expectável que se registre uma melhoria nos indicadores económicos do município, facilitando o processo de aprendizagem de população, formando-se uma cidadania melhor e mais ativa.

Por fim, espera-se que o Orçamento Participativo venha gerar uma maior confiança entre a população e o governo, que crie uma nova cultura democrática dentro da comunidade e um fortalecimento da sociedade. Consecutivamente, uma maior distribuição do desenvolvimento e uma maior coesão e solidariedade socio-territorial, levando a um novo equilíbrio de poderes.

Orçamento Participativo em Portugal

Em Portugal, nas várias sessões do Orçamento Participativo, as propostas são normalmente realizadas em nome individual, embora também existam alguns casos em que são realizadas em nome coletivo ou de associações locais. A primeira experiência portuguesa realizou-se em 2002 em Palmela, sendo depois promovida por diversas câmaras municipais e juntas de freguesia. Para além do Orçamento Participativo ao nível de uma freguesia, de um município ou nacional registam-se, ainda, Orçamentos Participativos para os jovens ao nível da escola que frequentam, promovendo a uma socialização e formação sobre a democracia e a cidadania dos mais jovens.

Ao longo dos anos, tem-se registado um aumento vultoso dos números de Orçamentos Participativos, sendo Portugal um dos países com maior percentagem de municípios que o utilização como ferramenta.

No contexto Europeu, Portugal destaca-se pela positiva tendo sido o primeiro país a implementar o Orçamento Participativo na capital, ou seja, em todo o território municipal de Lisboa. Segundo Falanga e Ferrão (2016), Portugal destaca-se ainda como um dos países da União Europeia com o número mais elevado de processos participativos a nível local.

O Orçamento Participativo pode caraterizar-se como uma possível tendência para a evolução da democracia e, em Portugal, tem ganho uma visibilidade crescente, com um caminho para a expansão bastante significativo.

Por todo o mundo, o Orçamento Participativo transformou-se num acontecimento de enriquecimento da política. Segundo Cabannes (Cabannes 2008 apud Sintomer et al 2012) a expansão do Orçamento Participativo pelo mundo é caraterizado por quatro grandes fases. Assim, a primeira fase ocorreu entre 1989 e 1997 onde decorreu as primeiras experiências no Brasil, concretamente em Porto Alegre e Santo André, e mais tarde no Uruguai, em Montevideu. A segunda fase é caraterizada pela massificação do Orçamento Participativo pelo Brasil entre 1997 e 2000. A terceira fase surge após o ano 2000 com a expansão e a diversificação do Orçamento Participativo, primeiramente em cidades latino-americanas e mais recentemente em cidades europeias. Atualmente, quarta fase da expansão do Orçamento Participativo é caraterizada pela construção de redes nacionais e internacionais.

Capítulo III: Orçamento Participativo em Torres Vedras

Neste trabalho, irei-me focar no caso do Orçamento Participativo no concelho de Torres Vedras. Desde o ano de 2015 que a população do concelho de Torres Vedras participa no Orçamento Participativo, tendo havido no total três edições. As edições foram o Orçamento Participativo de 2015, de 2016 e a que se encontra a decorrer, a de 2018. Da edição de 2015 para a edição de 2016 houve uma evolução dos projetos aprovados para a votação final, passando de vinte e nove projetos para quarenta e oito projetos.

No Orçamento Participativo de 2015, o valor total cedido pela Câmara Municipal para os projetos é de 250 000 euros, onde cada projeto não poderá ultrapassar o montante de 50 000 euros. O Orçamento Participativo decorreu entre maio e novembro de 2015. As sessões de apresentação dos projetos decorreram entre 19 de maio e 30 de junho em todas as freguesias do concelho, em nome individual, onde surgiram cinquenta e uma propostas. Entre julho e agosto, as propostas aprovadas das sessões são alvo de análise e transformadas em projetos, se reunirem as condições necessárias para a sua realização. Por fim, entre o dia 11 e o dia 27 de novembro decorreu a votação dos vinte e nove projetos vencedores.

No final das votações, surgem oito projetos vencedores do Orçamento Participativo de 2015. Desses oito projetos vencedores, apenas dois se encontra concluídos, o projeto “UMAS – Unidade Móvel de Apoio Social em A-dos-Cunhados” e o projeto “Asfaltagem da estrada até ao Casal de Porto Rio, em São Pedro da Cadeira”. Falta ainda concluir projetos como “Equipar o edifício «Amigos do Ramalhal» para apoiar a cultura”, “Juntos Salvamos mais Vidas”, “Aquisição de uma ambulância para os Bombeiros Voluntários de Torres Vedras”, “Ambulância de Socorro para a freguesia da Silveira”, “Plataforma elevatória na Associação Solidariedade e Ação Social – Ponte-de-Rol” e, por fim, o projeto “Casa dos Sabores e Tradições – Ponte-de-Rol”.

No Orçamento Participativo de 2016, que decorreu entre novembro de 2016 e abril de 2017, com o montante de 250 000 euros cedidos pela Câmara Municipal de Torres Vedras, não podendo exceder o valor de 50 000 euros cada projeto individual. As sessões do Orçamento Participativo decorreram entre novembro e dezembro de 2016, onde surgiram cinquenta e uma propostas. Entre os meses de janeiro e fevereiro de 2017 decorreu a análise das propostas e para sua transformação em projetos que foram postos em votação. A votação dos quarenta e oito projetos decorreu de 31 de março a 31 de abril de 2017, onde seis desses projetos foram os vencedores.

Do leque de projetos vencedores do Orçamento Participativo de 2016, encontram-se todos ainda por iniciar. Esse leque é composto pelo projeto de adquirir uma “Ambulância para a Associação de Socorros do Turcifal”, pelo projeto de “Renovação de instrumentos para a Academia da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Torres Vedras”, de “Instalação de um elevador no Lar e Centro de Dia da Pedra”, de “Obras de requalificação da Adega Velha do Ameal”, de “Conclusão da obra do Centro de Dia da Associação de Socorros da Carvoeira” e, por fim, o projeto “Mudar Vidas, programa de empregabilidade e formação pela Cruz Vermelha Portuguesa”.

A 3ª edição do Orçamento Participativo é a de 2018, que se encontra a decorrer a quando a realização deste trabalho. Decorre desde maio de 2018 até outubro de 2018, com um montante total de 250 000 euros cedido pela Câmara Municipal, com um limite máximo de 50 000 euros por cada projeto individual. As sessões realizaram-se entre 2 de maio e 13 de julho na totalidade das freguesias do concelho, onde surgiram quarenta e duas propostas. Entre os meses de julho e de agosto, as propostas foram analisadas e transformadas em projetos, onde surgiram trinta e oito projetos para votação. As votações realizaram-se entre 14 de setembro e 4 de outubro, e, aquando da redação deste trabalho, ainda sem a divulgação dos projetos vencedores.

Como funciona

Sendo o Orçamento Participativo um instrumento de democracia participativa e de proximidade para com os cidadãos do concelho, que permite aos cidadãos identificarem, debaterem e estabelecerem prioridades do concelho de Torres Vedras, este encontra-se regulado pelas “*Normas de Participação 3.ª edição – 2018*”. Assim, de modo a continuar a reforçar a participação da população do concelho de Torres Vedras, o *artigo 1.º* define o princípio do Orçamento Participativo como o de “contribuir para o aprofundamento da democracia participativa”, tendo como âmbito territorial, definido no *artigo 2.º*, a totalidade do concelho de Torres Vedras.

O Orçamento Participativo de Torres Vedras tem como objetivos, enumerados no *artigo 3.º*, de: “a) promover a participação informada, ativa e construtiva dos munícipes nos processos de governança local;” “b) aproximar os munícipes dos órgãos de decisão, aumentando a transparência da atividade governativa;” “c) fomentar uma sociedade dinâmica e coesa;” “d) conhecer e responder às reais necessidades e aspirações da população”, e “e)

contribuir para reforçar processos de sustentabilidade local pré-existente e concretizar projetos considerados prioritários pela comunidade”.

Quanto à componente orçamental, tal como já foi referido, é atribuído um valor de 250 000 euros para financiar os projetos que sejam considerados como prioritários pelo cidadão, onde a execução de cada projeto individual não poderá exceder o valor máximo de 50 000 euros.

Orçamento Participativo de Torres Vedras é composto por dois ciclos de participação, o ciclo de definição orçamental e o ciclo de execução orçamental. O ciclo de definição orçamental corresponde ao procedimento desde a apresentação de propostas até à votação final dos projetos, por outro lado e tal como o nome indica, o ciclo de execução orçamental corresponde à concretização e entrega dos projetos aprovados à população. A recolha e votação das propostas, segundo o *artigo 9.º*, será efetuada em sessões de participação na totalidade das freguesias do concelho, que posteriormente serão alvo de uma análise técnica pelos serviços municipal, tal como declara o *artigo 10.º*.

Após a análise técnica das propostas, a Câmara Municipal de Torres Vedras, segundo o *artigo 11.º*, torna público a lista de propostas aprovadas e as propostas não aprovadas, através de editais nas Juntas de Freguesias, dos diversos suportes de comunicação municipal e Facebook da Câmara Municipal, para que no prazo máximo de 10 dias uteis possam ser apresentadas pronúncias. Após terminado o período de reanálise técnica previsto anteriormente, é divulgado através de um edital a afixar em todas as Juntas de Freguesias, nos diversos suportes de comunicação do município, no sítio da Internet e no Facebook da Câmara Municipal, a lista dos projetos que passam à fase de votação.

O sistema de votação dos projetos finalistas deverá garantir que toda a população recenseada do concelho de Torres Vedras possa votar uma única vez. Assim, segundo o *artigo 12.º*, a votação será efetuada através da página da Internet da Câmara Municipal de Torres Vedras, presencialmente nas Juntas de Freguesias e por SMS. Como tal, cada cidadão recenseado no concelho tem direito a apenas um voto, podendo ele ser a favor ou contra o projeto. Dos resultados finais da votação dos projetos não podem resultar mais do que dois projetos vencedores por freguesias e, os projetos considerados vencedores serão os que obtenham mais votos a favor e menos contra.

Os projetos vencedores do Orçamento Participativo, tal como regula o *artigo 13.º*, são divulgados numa cerimónia pública, a ser realizada pela Câmara Municipal de Torres Vedras e, posteriormente, divulgados quer no sítio da Internet quer na página de Facebook da Câmara.

As sessões do Orçamento Participativo de Torres Vedras, realizadas em cada freguesia, são abertas à participação de toda a população maior de dezoito anos e que se encontre recenseada no concelho, podendo participar em qualquer sessão independentemente da freguesia que se encontra recenseado. As propostas apresentadas nas sessões têm de ser sempre apresentadas em nome individual, não sendo aceites propostas realizadas em nome coletivo,

As sessões de participação promovidas por cada freguesia, segundo o *artigo 21.º*, “funcionam com base em mesas constituídas por um número adequado de cidadãos apoiados por um moderador, que facilita e proporciona o diálogo e a troca de ideias entre os participantes.”. Assim, após o diálogo de cada mesa, serão eleitas as duas propostas com mais votos a favor e menos contra como as prioridades a serem votadas em plenário, onde cada participante tem direito a três votos a serem utilizados em propostas diferentes, podendo ser a favor o contra. Em cada sessão, dependendo do número de participantes, o número de propostas que serão encaminhadas para a análise técnica varia. Assim, segundo o *artigo 21.º*, uma sessão com: “a) 0-14 participantes – 1 proposta” ; b) “15-29 participantes – 2 propostas”; “c) 30-44 participantes – 3 propostas”; “d)45-59 participantes – 4 propostas”; “e) 60-75 participantes – 5 propostas” e “f) mais de 75 participantes – 1 proposta por cada grupo de 20 participantes a mais”.

Após a análise técnica, são consideradas elegíveis as propostas que, sejam suficientemente específicas e delimitadas ao território municipal, não ultrapassem o montante de 50 000 euros já com o IVA incluído, não ultrapassem os 24 meses de execução e, sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial e outros projetos municipais. Por outro lado, as propostas são excluídas quando há a impossibilidade do Município de Torres Vedras assegurar a manutenção e/ou a realização do investimento em causa, quando não cumprem as condições descritas anteriormente e, quando dependem de parcerias ou pareceres de entidades externas que sejam incompatíveis com os prazos estipulados.

Por fim, o *artigo 23.º*, define os limites das áreas temáticas de intervenção em: “a) educação e juventude”; “b) comércio local e turismo”; “c) infraestruturas viárias, segurança, trânsito, transportes públicos e estacionamento”; “d) apoio a grupos vulneráveis (mulheres, LGBTI, crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, minorias étnicas)”; “e) espaço público, espaço verde e ambiente natural”; “f) comportamentos cívicos, ambientais e solidários”; “g) ciclovias e mobilidade pedonal”; “h) habitação, urbanismo, reabilitação urbana”; “i) saneamento, águas, esgotos e resíduos sólidos”; “j) saúde”; “k) criação de

Orçamento Participativo: Perceção da População e as Prioridades Locais

emprego, formação, empreendedorismo e apoio ao tecido empresarial”; “l) desporto e cultura”; “m) espaço florestal e agrícola” e “n) inovação e conhecimento”

Capítulo IV: Inquérito por questionário sobre o Orçamento Participativo de Torres Vedras

Com o aumento de desinteresse pela vida política por parte da população e com a implementação do Orçamento Participativo, que tem como principal objetivo a reaproximação da população e da política local, este estudo irá focar-se na opinião dos cidadãos.

Assim, com o objetivo de perceber o conhecimento da população de Torres Vedras sobre Orçamento Participativo foi realizado um pequeno questionário (ver questionário em anexos) no dia 11 de outubro de 2018 entre as 15 horas e as 18 horas no Terminal Rodoviário de Torres Vedras, tendo selecionado este local público por ser possível encontrar uma maior diversidade de faixas etárias. Assim, com uma amostragem não probabilística por conveniência foram realizados noventa e sete questionários a cidadãos que utilizaram as instalações do Terminal Rodoviário de Torres Vedras no dia acima indicado, não podendo extrapolar os resultados para a população de Torres Vedras.

Para esta pesquisa foram inquiridos quarenta e oito indivíduos do sexo masculino, com a faixa etária compreendida entre os 18 e os 88 anos, sendo representado por cerca de 25,8% por indivíduos com idades compreendidas entre os 18 e os 28 anos e, por cerca de 5,2% por indivíduos com idades compreendidas entre os 39 e os 48 anos (Tabela A). Quanto ao sexo feminino, foram inquiridas quarenta e nove pessoas do sexo feminino, com uma faixa etária compreendida entre os 18 e os 88 anos, sendo representada maioritariamente, cerca de 20,6%, por mulheres com idades compreendidas entre os 18 e os 28 anos e, por cerca de 8,2%, de mulheres com idades compreendidas entre os 29 e os 38 anos e, também, entre os 49 e os 58 anos (Tabela A).

Quando questionado “Qual a sua relação com o concelho de Torres Vedras?” a grande maioria dos inquiridos afirma que reside ou estuda no concelho. Assim, cerca de 21,6% dos inquiridos do sexo masculino afirma que reside ou estuda no concelho, cerca de 24,7% dos inquiridos do sexo feminino afirmam que residem e, cerca de 15,5% dos inquiridos do sexo feminino afirmam que são estudantes no concelho de Torres Vedras (Tabela B).

No que diz respeito à situação financeira atual dos inquiridos a maioria encontra-se empregada, cerca de 37,1%, ou a estudar, cerca de 36,1%. Quanto às habilitações literárias que detém os inquiridos a quando a realização do inquérito, a maioria detém o Ensino

Orçamento Participativo: Percepção da População e as Prioridades Locais

Secundário, cerca de 29,9%, e o 3º Ciclo do Ensino Básico, representando cerca de 21,6% (Tabela C).

Dos indivíduos inquiridos, cerca de 50,5% afirma saber em que consiste o Orçamento Participativo, sendo representado, maioritariamente, por 13,4% que detém o Ensino Secundário e por 9,3% que detém o 2º ciclo do Ensino Básico. Quanto aos cerca 49,5% dos inquiridos que não sabe em que consiste o Orçamento Participativo, a maioria detém o Ensino Secundário (cerca de 16,5%) e o 3º Ciclo do Ensino Básico (Tabela D). Assim, dos inquiridos que afirmam saber em que consiste o Orçamento Participativo, cerca de 26,8% são do sexo masculino e 23,7% do sexo feminino. Por outro lado, dos inquiridos que não sabem em que consiste o Orçamento Participativo, a maioria é do sexo feminino, cerca de 26,8%, e, cerca de 22,7% do sexo masculino. Assim, os inquiridos que detêm uma escolarização mais elevada e os do sexo masculino representam quem melhor sabe em que consiste o Orçamento Participativo.

Após a análise do conhecimento do Orçamento Participativo no questionário, foi solicitado aos inquiridos que afirmam não saber em que consiste o Orçamento Participativo para apenas responderem ao último grupo de questões, que representa a análise sócio-cultural, não respondendo às seguintes sobre a participação no Orçamento Participativo de Torres Vedras.

Assim, do grupo de inquiridos que afirmaram saber em que consiste o Orçamento Participativo, apenas 42,9% afirmam ter participado, sendo o sexo feminino a deter uma maior participação com cerca de 26,5% (Tabela E). Quanto ao fator da idade pode-se observar que quanto mais jovens são os inquiridos menor é a sua participação, sendo as idades compreendidas entre os 39 e os 48 anos e entre os 49 e os 58 anos com maior taxa de participação no Orçamento Participativo, representando cada um cerca de 33,33% (Gráfico D). Por outro lado, quando observadas as habilitações literárias, pode-se concluir que a maior taxa de participação é de 12,2% correspondendo ao 2º Ciclo do Ensino Básico e, seguidamente, de 8,2% correspondendo ao Ensino Secundário e também ao 1º Ciclo do Ensino Básico. Por último, ao relacionar a participação no Orçamento Participativo com a situação financeira atual dos inquiridos, pode-se concluir que a maioria da participação é realizada por empregados, representando cerca de 20,4%, e também pelos reformados, representando cerca de 12,2% (Tabela F). Em suma, os jovens representam os que menos participam no Orçamento Participativo, por outro lado, as mulheres e a população com um grau mais elevado de escolarização são os que mais participam.

Dos inquiridos que afirmaram ter participado no Orçamento Participativo, cerca de 33,3% afirmam ter tido o conhecimento do mesmo através de familiares ou amigos, seguidamente, cerca de 28,6% afirma ter tido o conhecimento através da internet (Tabela G). Assim, quanto à forma de como participaram no Orçamento Participativo, cerca de 66,7% dos inquiridos afirma que apenas voto nos projetos finais, cerca de 19% afirma que esteve presente em pelo menos um encontro ou reunião e, 9,5% afirmam que apresentaram o seu próprio projeto (Tabela H). Ao relacionar-se a forma como participou no Orçamento Participativo com o género dos inquiridos podemos observar que apenas os inquiridos do sexo feminino é que apresentaram um projeto, cerca de 9,5%, apresentando também uma maior taxa de votação nos projetos finais, cerca de 42,9%, em comparação com os inquiridos do sexo masculino que representam apenas 23,8% (Tabela I). Assim, embora os dados obtidos não possam ser extrapolados para a totalidade da população por ser uma amostra não probabilística, contrariando o que era esperado de o sexo masculino participe mais ativamente na política, o sexo feminino é o que se encontra mais ativo no Orçamento Participativo ao ser, dos inquiridos, o único a apresentar propostas de projetos.

Outro aspeto importante a analisar é a relação dos inquiridos com a vida política antes da implementação do Orçamento Participativo no concelho de Torres Vedras, onde se observa que a maioria, cerca de 66,7%, apenas exerce o dever de voto e, cerca de 19%, que pertence a uma associação ou a uma instituição local. Como era expetável, cerca de 14,3% dos inquiridos que participaram no Orçamento Participativo afirmam que estavam desligados da vida política sem qualquer relação com a mesma, não exercendo o seu dever de voto (Tabela J). Se relacionar as habilitações literárias observa-se que os inquiridos que se encontram desligados da vida política apresentam uma baixa escolarização, tendo apenas o 1º Ciclo do Ensino Básico, 2º Ciclo de Ensino Básico ou o 3º Ciclo do Ensino Básico, representando cerca de 4,8% cada um. Por outro lado, ao analisar as habilitações literárias de quem afirma que “apenas exerço o meu dever de voto”, observa-se uma escolarização mais variada, sendo o 2º Ciclo do Ensino Básico a maioria da escolarização, representando cerca de 19%, seguidamente o Ensino Secundário e o Curso Tecnológico ou Profissional, com cerca de 14,3% cada (Tabela K).

De modo, a analisar a percepção dos inquiridos face às implicações do Orçamento Participativo foram facultadas três frases para os inquiridos classificarem, segundo o seu grau de concordância, numa escala de 1 a 10, onde 1 corresponde a discordo totalmente e 10 corresponde a concordo plenamente. A primeira afirmação é que “o Orçamento Participativo trouxe melhorias para o concelho.” Apresentou uma média de 8,19 de “concordo” (Tabela L),

observando por géneros, ambos apresentam uma média de 8 “concordo” (Tabela M) e, observando por último, segundo a situação financeira, os desempregados e os estudantes classificam como 9 “concordo na maioria” e os empregados, reformados e domésticas classificam com uma média de 8 de “concordo” (Tabela N).

A segunda afirmação para analisar as implicações do Orçamento Participativo é: “o facto do ter participado no Orçamento Participativo levou-o/a a tomar mais atenção ao modo como o município é governado.” Que apresenta uma média de 6,24 de “quase concordo” (Tabela L). Quando observado por género, o sexo feminino afirma que “concorda ligeiramente” com uma média de 7 e o sexo masculino afirma que “não concorda nem discorda” apresentando uma média de 5 (Tabela M). Ao analisar-se a situação atual dos inquiridos perante o mercado de trabalho observa-se que os desempregados e os estudantes apresentam uma média de 8, “concordando” com a afirmação e, os empregados, os reformados e as domésticas afirmam que “quase concordam” com uma média de 6 (Tabela N).

A última afirmação para analisar as implicações do Orçamento Participativo é “o facto de ter participado no Orçamento Participativo levou-o/a a tomar mais atenção ao debate de políticas em geral” que, com uma média de 5,81, afirmam “não concordar nem discordar” (Tabela L). Ao observar-se por género, o sexo feminino volta a afirmar que “concorda ligeiramente” com uma média de 7 e o sexo masculino afirma que “discorda um pouco” apresentando uma média de 4 (Tabela M). Por último, quando observado a situação financeira dos inquiridos, os desempregados afirmam que “concordam ligeiramente” com uma média de 7, os empregados, reformados e domésticas afirmam que “quase concordam” com uma média de 6 e, os estudantes que afirmam “não concordar nem discordar” com uma média de 5 (Tabela N).

Assim, com a análise de concordância das afirmações acima referidas, pode-se concluir que a generalidade concorda que o Orçamento Participativo trouxe melhorias para o concelho de Torres Vedras, embora seja o sexo feminino e os desempregados que se tornaram mais ativos e atentos à vida política.

Quando questionado se “confia nas instituições de política local do Concelho” a grande maioria, cerca de 76,2%, afirmam que “sim” (Tabela O). Segundo as habilitações literárias, a percentagem que afirma não confiar nas instituições de política local apresenta uma escolaridade máxima do Ensino Secundário, pelo contrário quem afirma que confia nas instituições detém uma escolaridade mais abrangente, em que 14,3% detém um curso tecnologia ou profissional e, 9,5% detém um Curso Superior (Tabela P). Quanto ao género,

observa-se que o sexo feminino é o que mais confia nas instituições de política local, com cerca de 52,4% e, por outro lado, o sexo masculino é o que mais afirma em não confiar, com cerca de 14,3% (Tabela Q).

Por último, analisa-se se os inquiridos se “sentem mais envolvidos na política local” após a implementação do Orçamento Participativo de Torres Vedras, onde se observa que a maioria, cerca de 61,9% afirma que “sim” e, cerca de 38,1% afirma que “não” (Tabela R). Assim, é o sexo feminino que se sente mais envolvido, com cerca de 42,9% (Tabela S), quanto às habilitações literárias quem detém o 2º Ciclo do Ensino Básico e o Ensino Secundário são os que sentem mais envolvidos na política, com cerca de 14,3% cada (Tabela T) e, ainda quanto a relação com a política antes do Orçamento Participativo, os que afirmam que “apenas exerço o meu dever de voto” são os que se sentem mais envolvidos com a política, representando cerca de 42,9% (Tabela U).

Em suma, pode-se concluir que a maioria dos inquiridos consideram-se mais satisfeitos com a política local, confia mais nas instituições políticas locais e sente-se mais próximo da política local após a participação no Orçamento Participativo de Torres Vedras.

Conclusões

Ao longo dos anos tem-se registado um declínio da confiança e no interesse, por parte da população, na política e nos partidos políticos levando a que a democracia representativa que conhecemos entre em crise. A população encontra-se cada vez mais afastada da política sendo necessário o desenvolvimento de uma democracia participativa, tendo como principal pilar a promoção de uma maior proximidade entre os cidadãos e a política.

A implementação do Orçamento Participativo a nível local é uma mais valia para a promoção de uma maior proximidade entre o cidadão e a política a nível local. O cidadão da atualidade sente a necessidade de participar na política para além da simples participação para eleger os seus representantes políticos, de modo a promover uma maior confiança entre o cidadão e a administração pública. Assim, com o Orçamento Participativo promove-se o diálogo entre os cidadãos de modo a analisar e a definir as prioridades locais, fortalecendo a sociedade local e promovendo uma maior transparência política. O Orçamento Participativo, ao promover o diálogo da população, descola as prioridades de modo a beneficiar a maioria da população local.

Com o estudo sobre o Orçamento Participativo de Torres Vedras pode-se observar que, antes da implementação do Orçamento Participativo, a maioria dos inquiridos encontrava-se pouco ligado à política local e nacional, afirmando que apenas exercia o seu dever de voto, ainda registando-se alguns cidadãos que se encontravam totalmente afastados da política. Por outro lado, conclui-se que o sexo feminino é o que detém mais confiança na política, bem como quanto às habilitações literárias, observa-se que quanto maior o grau de escolarização maior é a confiança na política.

Quanto ao conhecimento do Orçamento Participativo, os inquiridos com um maior grau de escolarização e os do sexo masculino admitem saber em que consiste o Orçamento Participativo. Contrariamente, o sexo feminino é o que tem uma maior participação no Orçamento Participativo de Torres Vedras e, a população mais jovem não regista qualquer participação. A participação no Orçamento Participativo pode ser realizada através da apresentação de propostas de projetos que, dos inquiridos, foi realizado apenas por cidadãos do sexo feminino, e ainda através da votação dos projetos que, dos inquiridos, apresentam uma maior taxa de participação também por cidadãos do sexo feminino.

Em suma, o sexo feminino é o que se encontra mais ativo e empenhado no Orçamento Participativo de Torres Vedras e, os jovens evidenciam como sendo os mais desinteressados.

Orçamento Participativo: Perceção da População e as Prioridades Locais

O Orçamento Participativo de Torres Vedras cativou ainda a participação de cidadãos que afirmavam que, antes da sua implementação, não detinham qualquer interesse pela vida política, tendo mesmo deixado de exercer o seu dever de voto. Assim, tal como referido anteriormente, o Orçamento Participativo é uma ferramenta importante para reaproximar o cidadão da política local.

O Orçamento Participativo revelou-se como um tema recente na política, quer a aquando a análise de artigos científicos quer na vida do cidadão. Assim, o Orçamento Participativo precisa de uma maior divulgação, de modo a que toda a população tenha o conhecimento do que consiste e como participar, uma vez que, a população de baixa escolaridade e baixa renda não tem acesso à internet. Ainda é importante cativar a população mais jovem que se encontra afastada da vida política, promovendo um Orçamento Participativo apenas para os jovens do concelho. Por fim, o Orçamento Participativo apresenta algumas limitações financeiras representando apenas cerca de 0,34% do Orçamento Anual do concelho, sendo importante avaliar um possível alargamento do montante total para o Orçamento Participativo de Torres Vedras

Bibliografia

- Allegretti, G. & Allulli, M., 2007. Os Orçamentos Participativos em Itália: Uma 'ponte' para a construção do Novo Município. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Issue 77, pp. 101-130.
- Avritzer, L., 2007. *O Orçamento Participativo e a Teoria Democrática: um balanço crítico*, Coimbra: Centro de Estudos Sociais.
- Belchior, A. M., 2015. *Confiança nas Instituições Políticas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Braga da Cruz, M., 2017. *O Sistema Político Português*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Carvalho, A., 2013. *A Participação Pública Enquanto Impulsionadora do Desenvolvimento Local. Caso de Estudo: Orçamento Participativo de Cascais*. Gestão do Território e Desenvolvimento: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- Della Porta, D., 2003. *Introdução à Ciência Política*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Dias, N., 2008. *Orçamento Participativo: animação cidadã para a participação política*. Associação In Loco ed. Lisboa: SIG.
- Dias, N. & Allegretti, G., 2009. Orçamentos Participativos em Portugal. Em busca de uma democracia de maior proximidade ou de uma racionalidade funcional?. *Cidades - Comunidades e Territórios*, Issue 18, pp. 59-78.
- Falanga, R. & Ferrão, J., 2016. *Portugal Participa? Uma reflexão crítica sobre a democracia participativa em Portugal*. Faro, s.n.
- Faria, C., 2010. O Poder Local face aos desafios do século XXI: Desejos e Realidades. *Malha Urbana*, Issue 9, pp. 103-118.
- Gomes, P., 2012. *Fatores Críticos para a Sustentabilidade do Orçamento Participativo - leitura a partir do caso do município de Odivelas*. Mestrado em Sociologia e Planeamento: ISCTE-IUL.
- Granado, C., 2010. *Democracia Local: o Orçamento Participativo em Palmela e Santarém*. Douturamento em Sociologia: ISCTE-IUL.
- Guerra, I., 2010. Participar porquê e para quê? Reflexões em torno dos efeitos da democracia local na equidade e na legitimidade dos eleitos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Issue 91, pp. 121-134.
- Guerra, I. C., 2006. *Participação e Acção Colectiva - Interesses, Conflitos e Consensos*. 1ª edição ed. Estoril : Príncípia Editora.
- Jordão, P., 14 de novembro de 2017. A farsa do Orçamento Participativo. *Cascais 24*.
- Madeira, C. C., 2009. *A Cidadania Activa, a Modernização e a Descentralização no Município de Lisboa: o Orçamento Participativo*. Mestrado em Administração e Políticas Públicas: ISCTE-IUL.
- Madeira, M., 2011. *A Governança Municipal - o desafio da gestão local nas modernas democracias*. Lisboa: Edições Colibri.
- Ministério de Equipamento, d. P. e. d. A. d. T., 1998. *Descentralização, Regionalização e Reforma Democrática do Estado*. s.l.:Editorial Fenda.

Nascimento, Á., 10 de outubro de 2016. Orçamento(... Participativo) do Estado para 2017. *Negócios*.

Participativas, R. d. A., 2017. *Carta de Qualidade dos Orçamentos Participativos em Portugal*, s.l.: Portugal Participa.

Pasquino, G., 2002. *Curso de Ciência Política*. Cascais: Principia.

Santos, S., 2012. Participação em Planeamento Territorial e o Caso do Orçamento Participativo. Leituras a partir de um concelho interior algarvio. *CIES*, Issue 128.

Silva, G. & Carvalho, C., 2006. Referenciais Teóricos para desenvolver instrumentos de avaliação do Orçamento Participativo. *Nova Economia*, 16(3), pp. 423-451.

Sintomer, Y., Herzberg, C., Allegretti, G. & Röcke, A., 2012. Aprendendo com o Sul: O Orçamento Participativo no mundo - um convite à cooperação global. *Diálogo Global*, Março.

Sousa, L., Tavares, A., Ferreira da Cruz, N. & Jorge, S., 2015. *A Reforma do Poder Local em Debate*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Souza, C., 2001. Construção e Consolidação de Instituições Democráticas - papel do Orçamento Participativo. *São Paulo em Perspectiva*, 15(4), pp. 84-97.

Teixeira, A., 2009. *Orçamento Participativo, um contributo para a construção da cidadania e da democracia nos níveis locais*. s.l.: Instituto da Segurança Social.

UN-Habitat, 2009. *72 Perguntas Frequentes sobre o Orçamento Participativo*. s.l.:Quito.

Xavier, J., 26 de janeiro de 2017. Orçamento Participativo - o risco de populismo. *Diário de Notícias*.

Web-sites:

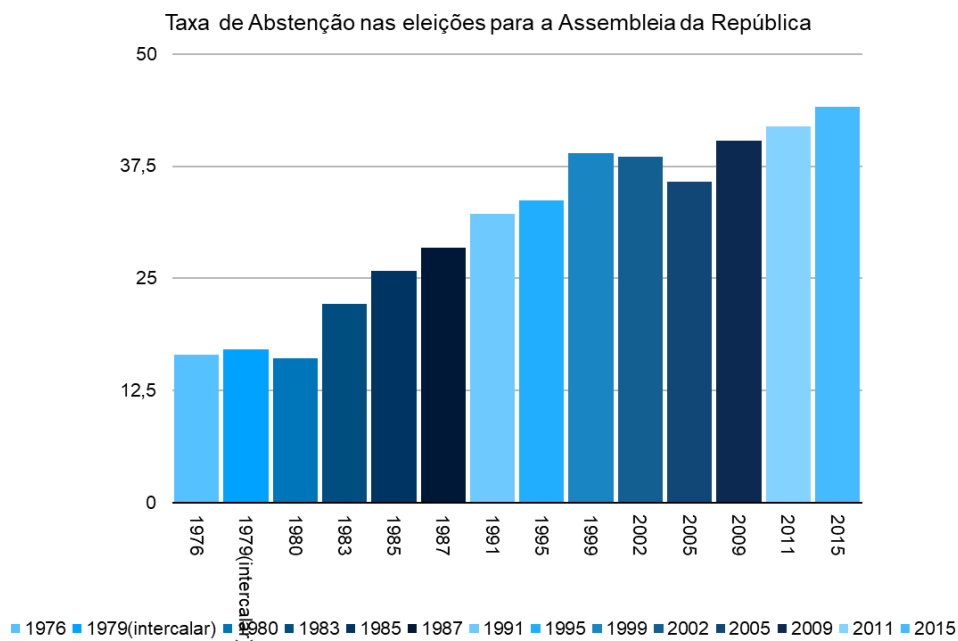
<http://www.eleicoes.mai.gov.pt>

<http://www.op.cm-tvedras.pt>

<http://www.cm-tvedras.pt/>

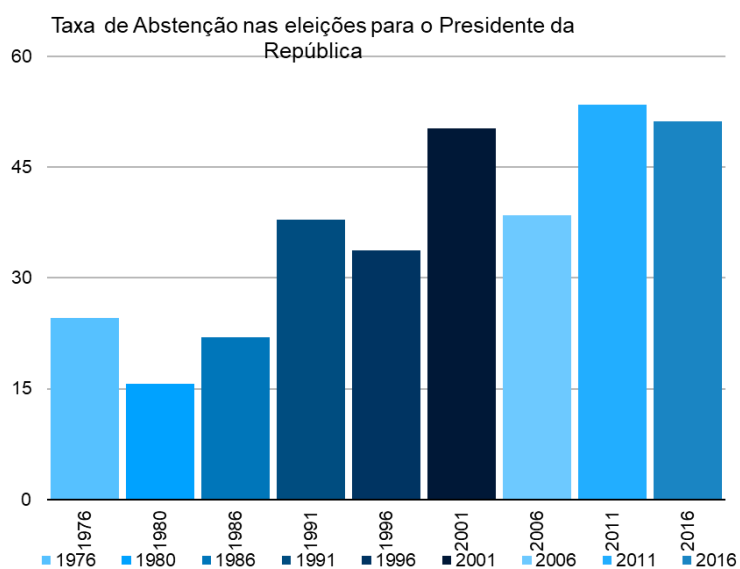
Anexos

Gráfico A – Taxa de Abstenção nas eleições para a Assembleia da República (1976-2015)



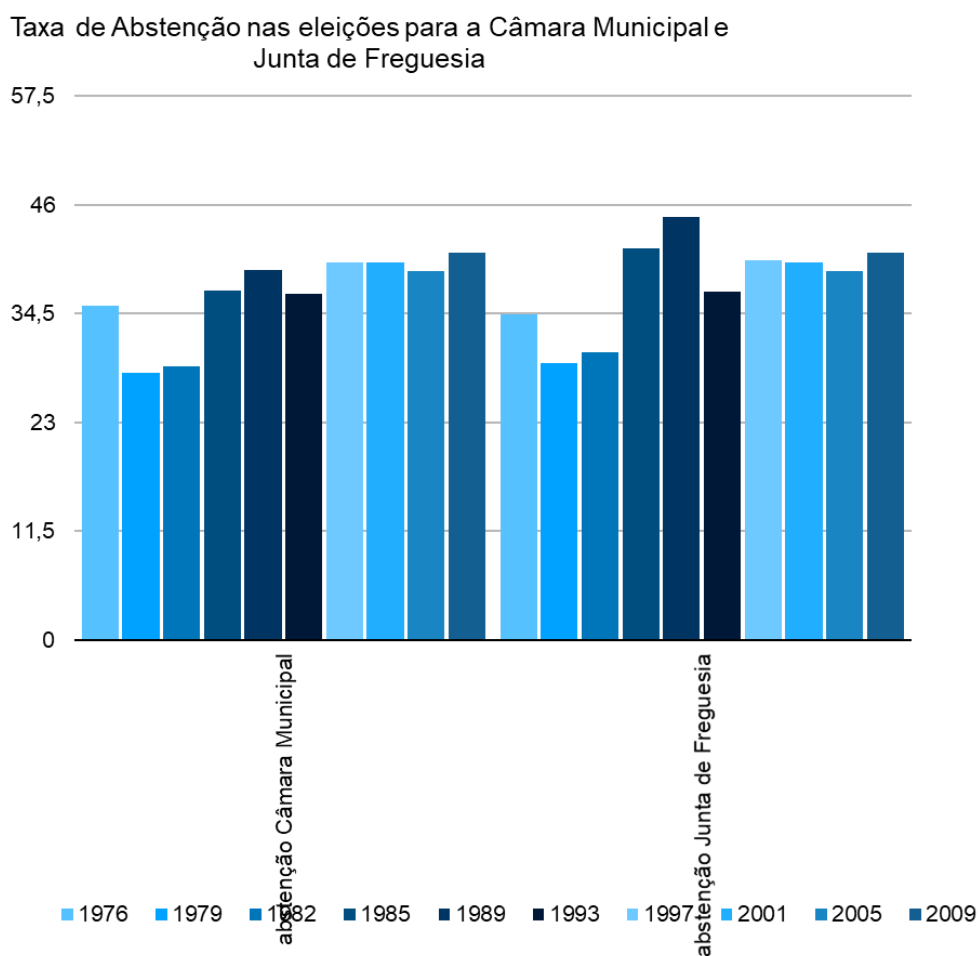
Fonte: Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna

Gráfico B – Taxa de abstenção nas eleições para o Presidente da República (1976-2016)



Fonte: Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna

Gráfico C – Taxa de abstenção nas eleições para a Câmara Municipal e Junta de Freguesia (1976-2009)



Fonte: Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna

Tabela A – Faixa etária dos inquiridos segundo o género.

Faixa etária	Género			
	Masculino		Feminino	
	N	%	N	%
18 aos 28 anos	25	25,8%	20	20,6%
29 aos 38 anos	2	2,1%	8	8,2%
39 aos 48 anos	5	5,2%	7	7,2%
49 aos 58 anos	8	8,2%	8	8,2%
59 aos 68 anos	4	4,1%	0	0,0%
69 aos 78 anos	2	2,1%	5	5,2%
79 aos 88 anos	2	2,1%	1	1,0%
Total	48	49,5%	49	50,5%

Tabela B – Relação dos inquiridos com o concelho de Torres Vedras segundo o género

		Género			
		Masculino		Feminino	
		N	%	N	%
Qual a sua relação com o concelho de Torres Vedras?	Residente	21	21,6%	24	24,7%
	Trabalhador	1	1,0%	4	4,1%
	Estudante	21	21,6%	15	15,5%
	Visitante / Turista	5	5,2%	6	6,2%
	outro	0	0,0%	0	0,0%
	Total	48	49,5%	49	50,5%

Tabela C – Habilitações literárias dos inquiridos segundo a situação financeira atual.

Habilitações Literárias		Situação financeira atual:												Total	
		Empregado		Desempregado		Reformado		Doméstica		Estudante		Outro			
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%		
	Não tem o 4º ano	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
	1º Ciclo do Ens. Básico (antigo 4º ano)	3	3,1%	1	1,0%	4	4,1%	1	1,0%	0	0,0%	0	0,0%	9	9,3%
	2º Ciclo do Ens. Básico (6º ano)	5	5,2%	3	3,1%	5	5,2%	2	2,1%	0	0,0%	0	0,0%	15	15,5%
	3º Ciclo de Ens. Básico (9º ano ou antigo 5º ano do liceu)	6	6,2%	1	1,0%	1	1,0%	0	0,0%	13	13,4%	0	0,0%	21	21,6%
	Secundário (12º ano, antigo 11º ano ou 7º ano do liceu)	10	10,3%	2	2,1%	2	2,1%	2	2,1%	13	13,4%	0	0,0%	29	29,9%
	Curso Tecnológico ou Profissional (nível III)	4	4,1%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	7	7,2%	0	0,0%	11	11,3%
	Ensino Superior (Bacharelato, Licenciatura, Mestrado, Doutoramento)	8	8,2%	1	1,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	2,1%	0	0,0%	11	11,3%
	Ensino Pós-Graduado	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
	Curso de Especialização Tecnológica	0	0,0%	0	0,0%	1	1,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	1,0%
	Não Sabe / Não Responde	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
	Total	36	37,1%	8	8,2%	13	13,4%	5	5,2%	35	36,1%	0	0,0%	97	100,0%

Tabela D – Saber em que consiste o Orçamento Participativo segundo as habilitações literárias

		Sabe o que é o Orçamento Participativo?			
		Sim		Não	
		N	%	N	%
Habilitações Literárias	Não tem o 4º ano	0	0,0%	0	0,0%
	1º Ciclo do Ens. Básico (antigo 4º ano)	6	6,2%	3	3,1%
	2º Ciclo do Ens. Básico (6º ano)	9	9,3%	6	6,2%
	3º Ciclo de Ens. Básico (9º ano ou antigo 5º ano do liceu)	6	6,2%	15	15,5%
	Secundário (12º ano, antigo 11º ano ou 7º ano do liceu)	13	13,4%	16	16,5%
	Curso Tecnológico ou Profissional (nível III)	7	7,2%	4	4,1%
	Ensino Superior (Bachelato, Licenciatura, Mestrado, Doutoramento)	7	7,2%	4	4,1%
	Ensino Pós-Graduado	0	0,0%	0	0,0%
	Curso de Especialização Tecnológica	1	1,0%	0	0,0%
	Não Sabe / Não Responde	0	0,0%	0	0,0%
	Total	49	50,5%	48	49,5%

Tabela E – Participação no Orçamento Participativo de Torres Vedras segundo o género

		Participou no Orçamento Participativo de Torres Vedras?			
		Sim		Não	
		N	%	N	%
Género	Masculino	8	16,3%	18	36,7%
	Feminino	13	26,5%	10	20,4%
	Total	21	42,9%	28	57,1%

Gráfico D – Participação no Orçamento Participativo de Torres Vedras segundo a faixa etária.

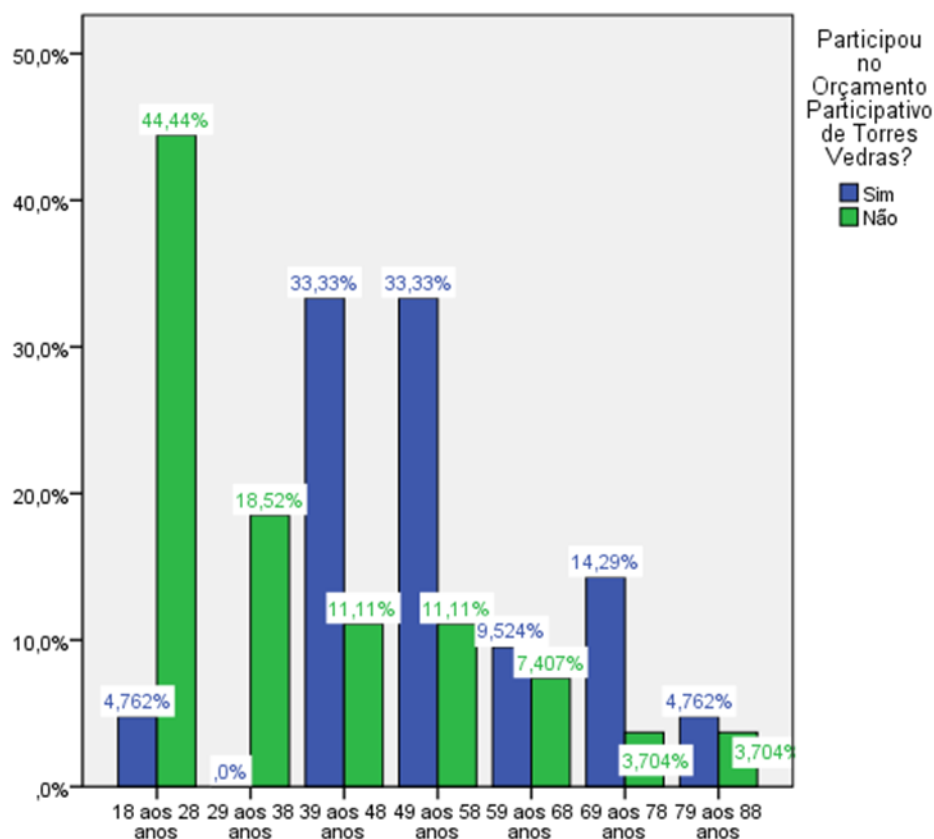


Tabela F – Participação no Orçamento Participativo segundo a situação financeira

		Participou no Orçamento Participativo de Torres Vedras?			
		Sim		Não	
		N	%	N	%
Situação financeira atual:	Empregado	10	20,4%	15	30,0%
	Desempregado	1	2,0%	3	6,0%
	Reformado	6	12,2%	2	4,0%
	Doméstica	3	6,1%	1	2,0%
	Estudante	1	2,0%	7	14,0%
	Outro	0	0,0%	0	0,0%
	Total	21	42,9%	28	56,9%

Tabela G – Forma como souberam do Orçamento Participativo de Torres Vedras

		N	%
Como soube da existência do Orçamento Participativo de Torres Vedras?	Jornal / Rádio Local	1	4,8%
	Cartazes	3	14,3%
	Internet	6	28,6%
	Familiares / Amigos	7	33,3%
	Associações Locais / Grupo de cidadãos	1	4,8%
	Junta de Freguesia	3	14,3%
	outro	0	0,0%
Total		21	100,0%

Tabela H – Forma como participou no Orçamento Participativo de Torres Vedras

		N	%
Como participou no Orçamento Participativo?	Apresentei o meu projeto	2	9,5%
	pertenço a uma associação / instituição que apresentou um projeto	1	4,8%
	fui a uma reunião / encontro	4	19,0%
	apenas votei	14	66,7%
	Total	21	100,0%

Tabela I – Forma como participou no Orçamento Participativo segundo o género

		Como participou no Orçamento Participativo?									
		Apresentei o meu projeto		pertenço a uma associação / instituição que apresentou um projeto		fui a uma reunião / encontro		apenas votei		Total	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Género	Masculino	0	0,0%	1	4,8%	2	9,5%	5	23,8%	8	38,1%
	Feminino	2	9,5%	0	0,0%	2	9,5%	9	42,9%	13	61,9%
	Total	2	9,5%	1	4,8%	4	19,0%	14	66,7%	21	100,0%

Orçamento Participativo: Perceção da População e as Prioridades Locais

Tabela J – Relação com a vida política antes da implementação do Orçamento Participativo no concelho

	N	%
filiado a um partido / juventude partidária	0	0,0%
membro de uma associação / instituição	4	19,0%
Antes da implementação do Orçamento Participativo, qual a sua relação com a política?	3	14,3%
sem qualquer relação com a política (não voto nem acompanho a política)	3	14,3%
apenas exerço o meu dever de voto	14	66,7%
Total	21	100,0%

Tabela K – Relação com a vida política antes da implementação do Orçamento Participativo no concelho segundo as habilitações literárias.

		Antes da implementação do Orçamento Participativo, qual a sua relação com a política?									
		filiado a um partido / juventude partidária		membro de uma associação / instituição		sem qualquer relação com a política (não voto nem acompanho a política)		apenas exerço o meu dever de voto		Total	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Habilitações Literárias	Não tem o 4º ano	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
	1º Ciclo do Ens. Básico (antigo 4º ano)	0	0,0%	1	4,8%	1	4,8%	2	9,5%	4	19,0%
	2º Ciclo do Ens. Básico (6º ano)	0	0,0%	1	4,8%	1	4,8%	4	19,0%	6	28,6%
	3º Ciclo de Ens. Básico (9º ano ou antigo 5º ano do liceu)	0	0,0%	0	0,0%	1	4,8%	1	4,8%	2	9,5%
	Secundário (12º ano, antigo 11º ano ou 7º ano do liceu)	0	0,0%	1	4,8%	0	0,0%	3	14,3%	4	19,0%
	Curso Tecnológico ou Profissional (nível III)	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	3	14,3%	3	14,3%
	Ensino Superior (Bacharelato, Licenciatura, Mestrado, Doutoramento)	0	0,0%	1	4,8%	0	0,0%	1	4,8%	2	9,5%
	Ensino Pós-Graduado	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
	Curso de Especialização Tecnológica	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
	Não Sabe / Não Responde	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
	Total	0	0,0%	4	19,0%	3	14,3%	14	66,7%	21	100,0%

Tabela L – Grau de concordância das afirmações

Report			
	O Orçamento Participativo trouxe melhorias para o concelho?	O facto de ter participado no Orçamento Participativo levou-o/a a tomar mais atenção ao modo como o município é governado.	O facto de ter participado no Orçamento Participativo levou-o/a a tomar mais atenção ao debate de políticas em geral.
Média	8,19	6,24	5,81
Total	21	21	21
Classificação mínima	5	1	1
Classificação máxima	10	10	10

Tabela M – Grau de concordância das afirmações segundo o género

		O Orçamento Participativo trouxe melhorias para o concelho?	O facto de ter participado no Orçamento Participativo levou-o/a a tomar mais atenção ao modo como o município é governado.	O facto de ter participado no Orçamento Participativo levou-o/a a tomar mais atenção ao debate de políticas em geral.
		Mean	Mean	Mean
Género	Masculino	8	5	4
	Feminino	8	7	7

Tabela N – Grau de concordância com as afirmações segundo a situação financeira.

		O Orçamento Participativo trouxe melhorias para o concelho?	O facto de ter participado no Orçamento Participativo levou-o/a a tomar mais atenção ao modo como o município é governado.	O facto de ter participado no Orçamento Participativo levou-o/a a tomar mais atenção ao debate de políticas em geral.
		Mean	Mean	Mean
Situação financeira atual:	Empregado	8	6	6
	Desempregado	9	8	7
	Reformado	8	6	6
	Doméstica	8	6	6
	Estudante	9	8	5
	Outro	.	.	.

Tabela O – Confia nas instituições de política local do Concelho

		N	%
Confia nas Instituições de Política Local do Concelho?	Sim	16	76,2%
	Não	5	23,8%
	Total	21	100,0%

Tabela P – Confiança nas instituições de política local do Concelho segundo as habilitações literárias

		Confia nas Instituições de Política Local do Concelho?			
		Sim		Não	
		N	%	N	%
Habilitações Literárias	Não tem o 4º ano	0	0,0%	0	0,0%
	1º Ciclo do Ens. Básico (antigo 4º ano)	3	14,3%	1	4,8%
	2º Ciclo do Ens. Básico (6º ano)	5	23,8%	1	4,8%
	3º Ciclo de Ens. Básico (9º ano ou antigo 5º ano do liceu)	1	4,8%	1	4,8%
	Secundário (12º ano, antigo 11º ano ou 7º ano do liceu)	2	9,5%	2	9,5%
	Curso Tecnológico ou Profissional (nível III)	3	14,3%	0	0,0%
	Ensino Superior (Bachelato, Licenciatura, Mestrado, Douturamento)	2	9,5%	0	0,0%
	Ensino Pós-Graduado	0	0,0%	0	0,0%
	Curso de Especialização Tecnológica	0	0,0%	0	0,0%
	Não Sabe / Não Responde	0	0,0%	0	0,0%
	Total	16	76,2%	5	23,8%

Tabela Q – Confiança nas instituições políticas locais segundo o género

		Confia nas Instituições de Política Local do Concelho?			
		Sim		Não	
		N	%	N	%
Género	Masculino	5	23,8%	3	14,3%
	Feminino	11	52,4%	2	9,5%
	Total	16	76,2%	5	23,8%

Tabela R – Sente-se mais envolvido com a política

		N	%
Sente-se mais envolvido na Política Local?	Sim	13	61,9%
	Não	8	38,1%
	Total	21	100,0%

Tabela S – Sente-se mais envolvido com a política segundo o género

		Sente-se mais envolvido na Política Local?			
		Sim		Não	
		N	%	N	%
Género	Masculino	4	19,0%	4	19,0%
	Feminino	9	42,9%	4	19,0%
	Total	13	61,9%	8	38,1%

Tabela T – Sente-se mais envolvido com a política segundo as habilitações literárias

Habilitações Literárias		Sente-se mais envolvido na Política Local?			
		Sim		Não	
		N	%	N	%
Não tem o 4º ano	0	0,0%	0	0,0%	
1º Ciclo do Ens. Básico (antigo 4º ano)	2	9,5%	2	9,5%	
2º Ciclo do Ens. Básico (6º ano)	3	14,3%	3	14,3%	
3º Ciclo de Ens. Básico (9º ano ou antigo 5º ano do liceu)	2	9,5%	0	0,0%	
Secundário (12º ano, antigo 11º ano ou 7º ano do liceu)	3	14,3%	1	4,8%	
Curso Tecnológico ou Profissional (nível III)	2	9,5%	1	4,8%	
Ensino Superior (Bachelato, Licenciatura, Mestrado, Doutoramento)	1	4,8%	1	4,8%	
Ensino Pós-Graduado	0	0,0%	0	0,0%	
Curso de Especialização Tecnológica	0	0,0%	0	0,0%	
Não Sabe / Não Responde	0	0,0%	0	0,0%	
Total	13	61,9%	8	38,1%	

Tabela U – Sente-se mais envolvido com a política segundo a relação com a política antes do Orçamento Participativo

		Sente-se mais envolvido na Política Local?			
		Sim		Não	
		N	%	N	%
Antes da implementação do Orçamento Participativo, qual a sua relação com a política?	filiado a um partido / juventude partidária	0	0,0%	0	0,0%
	membro de uma associação / instituição	3	14,3%	1	4,8%
	sem qualquer relação com a política (não voto nem acompanhamento a política)	1	4,8%	2	9,5%
	apenas exerço o meu dever de voto	9	42,9%	5	23,8%
	Total	13	61,9%	8	38,1%



No intuito de realizar o projeto de dissertação de final de curso de mestrado, em Economia e políticas públicas, pelo ISCTE-IUL, sobre qual a perceção da população local sobre o Orçamento Participativo e se dá resposta às prioridades locais.

Para este questionário, queremos que tenha no seu pensamento as várias edições do Orçamento participativo no Concelho de Torres Vedras, pelo que agradecemos desde já a sua colaboração no preenchimento deste pequeno questionário anónimo, que terá uma duração máxima de 3 minutos.

Grupo 1

1 - Sabe o que é o Orçamento Participativo?

1 - Sim 2 - Não (passe para o Grupo 2)

2 - Participou no Orçamento Participativo de Torres Vedras?

1 - Sim 2 - Não (passe para o Grupo 2)

3 - Como soube da existência do Orçamento Participativo no concelho?

<input type="checkbox"/>	1 - Jornal / rádio local
<input type="checkbox"/>	2 - Cartazes
<input type="checkbox"/>	3 - Internet
<input type="checkbox"/>	4 - Familiares / amigos
<input type="checkbox"/>	5 - Associação Local / Grupo de cidadãos
<input type="checkbox"/>	6 - Junta de Freguesia
<input type="checkbox"/>	7 - outro. Qual? _____

4 - Como participou no Orçamento Participativo?

<input type="checkbox"/>	1 - apresentei o meu próprio projeto
<input type="checkbox"/>	2 - pertenço a uma associação/ instituição que apresentou um projeto
<input type="checkbox"/>	3 - fui a uma reunião/encontro
<input type="checkbox"/>	4 - apenas votei

5 - Antes da implementação do Orçamento Participativo, qual a sua relação com a política?

1 - filiado a um partido/juventude partidária

2 - membro de uma associação/ instituição

3 - sem qualquer relação com a política (não voto nem acompanho a política)

4 - apenas exerço o meu direito do voto

6 - Confia nas instituições de política local do concelho?

1 - sim 2 - não

7 - Sente-se mais envolvido na política local?

1 - sim 2 - não

8- Numa escala de 1 a 10, em que **1** (um) é **discordo totalmente** e **10** (dez) **concordo plenamente**, assinale o seu grau de concordância com as afirmações:

8.1 - O Orçamento Participativo trouxe melhorias para o concelho.

1		2		3		4		5		6		7		8		9		10
---	--	---	--	---	--	---	--	---	--	---	--	---	--	---	--	---	--	----

8.2 - O facto de ter participado no Orçamento Participativo levou-o/a a tomar mais atenção ao modo como o município é governado.

1		2		3		4		5		6		7		8		9		10
---	--	---	--	---	--	---	--	---	--	---	--	---	--	---	--	---	--	----

8.3 - O facto de ter participado no Orçamento Participativo levou-o/a tomar a interessar-se mais pelos debates políticos em geral?

1		2		3		4		5		6		7		8		9		10
---	--	---	--	---	--	---	--	---	--	---	--	---	--	---	--	---	--	----

Grupo 2

1. - Idade _____

2 - Género:

1 - masculino 2 - feminino

Orçamento Participativo: Perceção da População e as Prioridades Locais

3 - Qual a sua relação com o concelho de Torres Vedras:

	1 - residente
	2 - trabalhador
	3 - estudante
	4 - visitante/ turista
	5 - outro. Qual? _____

4 - Situação financeira atual:

	Empregado
	Desempregado
	Reformado
	Doméstica
	Estudante
	Outro. Qual? _____

5 - Habilitações literárias: assinale o grau de habilitação que possui

	1 - não tem o 4º ano
	2 - 1º ciclo Ens. Básico (antigo 4º ano)
	3 - 2º ciclo Ens. Básico (6º ano)
	4 - 3º ciclo Ens. Básico (9º ano ou antigo 5ºano do liceu)
	5- secundário (12º ano, antigo 11º ou 7º ano do liceu)
	6- curso tecnológico ou profissional (nível III)
	7 - Ensino Superior (Bachelato, Licenciatura, Mestrado ou Doutoramento)
	8 - Ensino Pós-Graduado
	9- curso de especialização tecnológica
	99- não sabe / não responde